

Curitiba, 16 de dezembro de 2016.

## JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

**Protocolo: 13.911.021-8**

**Assunto:** Projeto Mantendo a Solidariedade.

Considerando que o Projeto Pelo Direito à Vida consta no Banco de Projetos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, conforme Deliberação nº 021/2015, de 17 de abril de 2015;

Que a captação de recursos pela instituição, ocorreu por meio de processo de renúncia fiscal;

Que a formação do “Banco de Projetos” e a “doação” dos recursos ao Projeto Pelo Direito à Vida foi anterior à entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014;

Que o CEDCA/PR aprovou o levantamento do recurso pleiteado pela instituição, conforme Deliberação nº 033/2016, de 20 de maio de 2016;

Que as metas previstas no Projeto podem ser atingidas somente pela Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial - AFECE, proponente do Projeto;

Que este procedimento evitará possível prejuízo às crianças e adolescentes que serão beneficiadas com as atividades desenvolvidas no Projeto;

Julgo que o caso em apreço se coaduna à hipótese de inexigibilidade de chamamento público, prevista no artigo 31, *caput* da Lei Federal nº 13.019/2014 e no artigo 34, *caput* do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

Publique-se de acordo com a legislação vigente.

  
Fernanda Bernardi Vieira Richa  
**Secretária de Estado da Família  
e Desenvolvimento Social**